

HABEAS CORPUS Nº 493.324 - PA (2019/0041970-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : RAFAEL OLIVEIRA ARAUJO E OUTRO
ADVOGADOS : ROBERTO LAURIA - PA007388
RAFAEL OLIVEIRA ARAUJO - PA019573
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
PACIENTE : ANDRE LUIZ AMORIM ACATAUASSU NEVARES
PACIENTE : GILSON CONCEIÇÃO MARQUES
PACIENTE : GUILHERME BUCKER SILVA
PACIENTE : ISAIAS FROTA EVANGELISTA
PACIENTE : JOSE RAIMUNDO PORTUGAL DE LIMA
PACIENTE : LUIZ MONTEIRO RIBEIRO
PACIENTE : MARCO AURELIO BARBOSA DE ALCANTARA
PACIENTE : MARIA ODINEIDE BESSA RIBEIRO MARQUES

DECISÃO

ANDRE LUIZ AMORIM ACATAUASSU NEVARES, GILSON CONCEIÇÃO MARQUES, GUILHERME BUCKER SILVA, ISAIAS FROTA EVANGELISTA, JOSÉ RAIMUNDO PORTUGAL DE LIMA, LUIZ MONTEIRO RIBEIRO, MARCO AURELIO BARBOSA DE ALCANTARA e MARIA ODINEIDE BESSA RIBEIRO MARQUES alegam sofrer coação ilegal diante do acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Pará** no HC n. 0808463-04.2018.8.14.0000.

A defesa requer, liminarmente, a revogação das medidas cautelares impostas, sob a alegação de excesso de prazo para o encerramento do feito, uma vez que "a (sic) 2 (dois) anos, os pacientes vem cumprindo, assiduamente, a totalidade das medidas cautelares a si impostas, todavia, sem qualquer previsão para o início da instrução processual" (fl. 12).

O pedido não comporta acolhimento.

Em análise perfunctória – inerente a esta fase processual –, observo que o Tribunal *a quo* registrou não haver "desídia do magistrado condutor, o qual tem diligenciado no sentido de dar andamento ao processo, não podendo ser imputado ao juízo a responsabilidade por eventual demora" (fl. 233). A conclusão foi embasada nas seguintes informações prestadas (fl. 233, grifei):

[...] a despeito dos feitos em questão possuírem réus soltos e **quase setenta réus, inúmeros pedidos de habeas corpus, inclusive no STJ, mandados de segurança, número elevado de restituição de coisas apreendidas, inúmeros pedidos de autorização de viagem e de revogação das medidas cautelares diversas da prisão etc.**, vem tramitando com celeridade considerável e o juízo vem imprimindo a maior celeridade possível aos feitos que aqui tramitam, havendo que se aplicar na espécie o princípio da razoabilidade.

Tais circunstâncias, a um primeiro olhar, **evidenciam a ausência de desídia na condução do feito.**

À vista do exposto, **indefiro o pedido liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, especialmente a respeito da eventual realização de audiência de instrução ou revogação das medidas cautelares impostas aos réus, com o envio de cópia do ato respectivo, **via malote digital.**

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**